



www.bariri.sp.gov.br

# Município de Bariri

OBJETO DE DELIBERAÇÃO  
Comissões  
*Finanças, Orçamento*  
SALA SESSÕES 06 / 11 / 2017  
PRESIDENTE

Bariri, 06 de novembro de 2017.

**MENSAGEM**  
**Nº 094/2017**

Senhor Presidente:

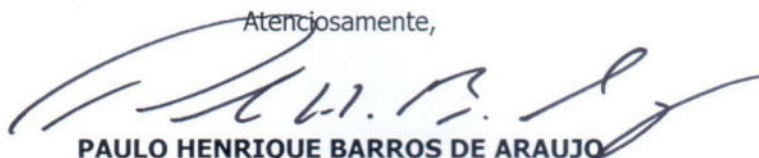
Encaminhamos a Vossa Excelência e nobres Edis o incluso Projeto de Lei nº 083/2017, para a devida apreciação, discussão e aprovação, se este for o entendimento.

Dispõe o referido Projeto de Lei em alterar a redação da Lei Municipal nº 4.551, de 03 de março de 2015, tendo em vista a incompatibilidade entre prazos e exigências determinadas na referida Lei, bem com a alteração da área 7, Matrícula 22.492, que possuía uma área de 3.000 m² e, em virtude da concessão de Direito Real de Uso de uma área de terra de 200 m² (10x20), de parte do lote desta área nº 7 a Autarquia Saemba, conforme Lei Municipal nº 4.776, de 19 de julho de 2017, restou-se uma área de 2.800 m², gerando assim uma nova matrícula de nº 25.218.

Contando com a aprovação da matéria, invocamos o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reiteramos a Vossa Excelência e aos Nobres e Ilustres Vereadores, protesto da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**PAULO HENRIQUE BARROS DE ARAUJO**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**VAGNER MATEUS FERREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Bariri  
BARIRI - SP



15:50 hs



[www.bariri.sp.gov.br](http://www.bariri.sp.gov.br)

# Município de Bariri

## **= PROJETO DE LEI Nº 083/2017 =**

de 06 de novembro de 2017.

*Altera a Lei Municipal nº 4.551, de 03 de março de 2015.*

**Art. 1º** Fica alterado o item "Área 7" existente no parágrafo único, do Art. 1ª da Lei Municipal nº 4.551, de 03 de março de 2015, da seguinte forma:

**"Art. 1º...**

**Parágrafo único...**

...

*Área 7 – Matrícula 25.218 – área de 2.800 m²*

*- Originária da Matrícula 22.492, que possuía uma área de 3.000 m² e, em virtude da concessão de Direito Real de Uso de uma área de terra de 200 m² (10x20), de parte do lote desta área nº 7 a Autarquia Saemba, conforme Lei Municipal nº 4.776, de 19 de julho de 2017, restou-se uma área de 2.800 m²."*

**Art. 2º** Fica acrescido o Art. 7º-A na Lei Municipal nº 4.551, de 03 de março de 2015, aplicando-se às novas alienações realizadas a partir da publicação da presente lei, com a seguinte redação:

**"Art. 7º-A** As novas alienações dos lotes empresariais contidos no parágrafo único do Art. 1º ficam condicionadas ao cumprimento das cláusulas seguintes e condições mínimas obrigatórias aos adquirentes:

*I – fica estipulado o prazo de 02 (dois) meses, a partir da assinatura do contrato administrativo, para apresentação e aprovação do projeto de edificação junto ao Setor de Obras do Município de Bariri;*

*II – obrigação da conclusão das obras civis, conforme o projeto aprovado no Município de Bariri, num prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a aprovação do mesmo pelo Setor de Obras do Município.*

*III – obrigação de iniciar as atividades da empresa no Distrito Industrial num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a conclusão das obras civis, a data da conclusão se dará mediante diligência do Setor de Obras do Município ao local, expedindo laudo de conclusão;*

*IV - obrigação da apresentação do Alvará de Funcionamento à Diretoria de Desenvolvimento Econômico, expedido pelo Município de Bariri, num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a conclusão das obras civis;*

*V – se o empreendimento fizer jus ao Licenciamento Ambiental (Licenças Ambientais), fica obrigado à apresentação da LICENÇA DE OPERAÇÃO a Diretoria de Desenvolvimento Econômico, num prazo de 90 (noventa) dias após a emissão do Alvará de Funcionamento emitido pelo Município de Bariri, caso **não** fizer jus, deverá*





# Município de Bariri

[www.bariri.sp.gov.br](http://www.bariri.sp.gov.br)

*apresentar o Certificado de Dispensa de Licença pelo órgão responsável, no mesmo prazo;*

*VI – indisponibilidade do lote para alienação pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da emissão do Alvará de Funcionamento, expedido pelo Município de Bariri;*

*VII – obrigação de manter permanentemente a destinação do imóvel inicialmente prevista, salvo hipótese de alteração previamente solicitada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que enviará Projeto de Lei para a Câmara Municipal, pleiteando a citada alteração de atividade;*

*VIII – não promover qualquer forma de fracionamento ou desdobramento dos lotes;*

*IX – obrigação de manter a quantidade mínima de empregados, conforme art. 5º desta Lei, legalmente registrados e anotados em carteira de trabalho e previdência social (CTPS), obrigando-se anualmente a enviar para o Município de Bariri, uma cópia autenticada da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, sendo tais informações prestadas pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da expedição do alvará de funcionamento.*

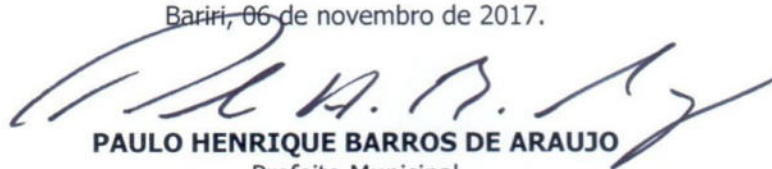
*X – as empresas adquirentes deverão fazer o registro e emplacamento de sua frota de veículos no município de Bariri, no prazo de 06 (seis) meses, contados da data de emissão do Alvará de Funcionamento.*

**§ 1º** *Se por motivo de força maior, devidamente comprovado, o prazo para conclusão das obras civis, mencionado no inciso II do artigo 7º poderá ser prorrogado, a critério do Chefe do Poder Executivo, por até 12 (doze) meses, informando ao Poder Legislativo.*

**§ 2º** *Caberá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento de Bariri – CMDB, Diretoria de Serviços de Desenvolvimento Econômico e Diretoria de Serviços de Obras a averiguação e acompanhamento das atividades executadas pelo donatário pelos prazos estipulados neste artigo."*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bariri, 06 de novembro de 2017.

  
**PAULO HENRIQUE BARROS DE ARAUJO**  
Prefeito Municipal